

CONSUN DISCUTE ELEIÇÕES GERAIS NA PUC-SP

A sessão ordinária do Consun de junho dispensou a maior parte de sua pauta na discussão das eleições gerais da PUC-SP. Foram analisados 17 recursos que receberam a aprovação *ad referendum* do reitor Dirceu de Mello, ficando para serem aprovados ou rejeitados pelo Consun. O recurso mais polêmico envolveu a Faculdade de Economia e Administração.

A professora Regina Gadelha, após um conturbado processo de escolha de candidatos para o pós em Economia, homologou sua candidatura como chapa única. No decorrer do processo, o então coordenador João Machado candidatou-se como vice-coordenador, ao lado do titular João Pamplona. Paralelamente a isto, a Comissão Eleitoral entendeu que a professora Regina Gadelha, que havia se licenciado de suas aulas, não poderia concorrer às eleições, pois não tinha um vínculo com o programa. Os dois recursos foram analisados pelo professor Antonio Carlos da Ponte, representante da sociedade civil no Consun, que indeferiu a candida-

tura de João Pamplona e João Machado (por considerá-la fora de prazo) e reconheceu parcialmente a candidatura da professora Regina Gadelha, também excluindo do processo o seu vice que se inscreveu fora do prazo.

Todo esse processo gerou grande discussão, pois o professor João Machado insistia que o vínculo da professora Regina não era legal, enquanto a professora escorava-se nas normas do MEC e da Capes que reconhecem como uma das formas de vínculo nos programas de Pós a coordenação de núcleos - a professora Regina é coordenadora do NACI, Núcleo de Análise de Conjuntura Internacional.

Em meio a toda esta discussão, o professor Dirceu de Mello resolveu pedir vistas dos processos, adiando a decisão para a sessão extraordinária do Consun que acontece nesta quarta-feira, 6/7.

OUTROS RECURSOS

Nas outras questões relatadas pelo professor Antonio Carlos da Pon-

te, o plenário seguiu o parecer do relator que analisou cada recurso não somente à luz do estatuto e do regimento da universidade, mas entendendo as situações específicas que ocorreram principalmente em representações onde não havia professores com a titulação exigida pela nova carta da universidade.

A maioria dos casos conseguiu romper a rigidez do estatuto, que mais se preocupa em atender aos ditames do MEC do que as necessidades da universidade.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O professor e pró-reitor de Cultura e Relações Comunitárias Hélio Deliberador fez uma avaliação do atual processo

eleitoral como um todo e levantou algumas questões preocupantes, como a baixa participação dos estudantes na escolha de seus representantes: a grande maioria dos cursos não apresentou números superiores a 50 votantes. O professor apontou a necessidade de se repensar a situação.

Outra preocupação é com o número de cargos vacantes ou preenchidos por candidatos de qualificação inferior a exigida. Como já analisamos nas edições anteriores, esses números revelam o esvaziamento ainda maior dos conselhos e a burocratização das funções administrativas, que não mais atraem os docentes para exercê-las.

Veja mais notícias sobre o Consun na página 2 desta edição.

Este é o último PUCviva do semestre. Nossa edição normal estará circulando novamente no dia 1/8. Porém, continuamos com a cobertura dos fatos que acontecem na universidade e dos movimentos sociais de uma maneira geral, no nosso endereço eletrônico www.apropucsp.org.br. A cobertura do Consun extraordinário, de 6/7, estará no site após o seu encerramento.

Consun extraordinário discutirá carreira docente

Na sessão ordinária do Conselho Universitário estavam pautadas várias homologações de avaliações contínuas de professores. Porém, antes de se iniciarem os relatos dos processos, alguns conselheiros lembraram que o conselho deveria retomar a análise dos critérios que norteiam o ingresso do docente na carreira.

Este tema por várias vezes deveria ter sido analisado, mas o reitor informou que o padre Rodolpho Pezzolo, no Conselho de Administração, pediu vistas do processo. Novamente os conselheiros estranharam, pois consideravam um assunto de alçada do Consun. O reitor alegou que estatutariamente o Consad tinha a prerrogativa de analisar a matéria antes do Consun, mas, diante da insistência de alguns conselheiros, concordou que o assunto faça parte da sessão extraordinária, agendada para o dia 6/7.

PORTÕES DA FAFICLA

Outro ponto que poderia tornar-se polêmico, mas não polemizou, foi em relação ao fechamento dos portões da Faficla, ocorrido no dia 17/6.

Sandra Rosa Mraz leu

uma longa carta da direção da faculdade, apontando sua versão dos fatos. A professora relatou que foi alertada por alguns professores da unidade sobre a realização de uma festa por parte dos estudantes e que tomou a decisão de fechar os portões juntamente com a pró-reitoria de Cultura e Relações Comunitárias, após contato telefônico com o reitor.

No ato do reitor de 20/6, desautorizando o fechamento da Faficla, o reitor negou que houvesse sido contatado sobre o assunto. A professora Sandra, entretanto, enfatiza no documento sua estranheza com relação ao ato do reitor, uma vez que ela "tomou as providências adequadas em conjunto com as instâncias superiores, a fim de garantir a integridade física dos alunos e evitar prejuízos maiores ao patrimônio".

Quando todos pensavam que o reitor retrucaria as afirmações da diretora, Dirceu simplesmente encerrou a discussão dizendo que irá apurar os fatos. Os estudantes do Centro Acadêmico Benevides Paixão discordaram do documento da direção da Faficla e solicitaram espaço ao *PUCViva* para esclarecerem novamente suas posições (*leia texto ao lado*).

FALA COMUNIDADE

Portões da FAFICLA: uma inverdade conveniente?

O CA Benevides Paixão volta ao *PUCViva* para insistir em um assunto que, consideramos, não ter sido tratado com o devido cuidado. Como é de conhecimento, no último dia 17/6, os portões da Faficla foram arbitrariamente fechados pela direção da faculdade, pró-reitoria de Relações Comunitárias e vice-reitoria da PUC-SP.

Agora, na última reunião do Consun, a diretora da Faficla, professora Sandra Rosa Mraz, manifestou publicamente seus "Esclarecimentos [...] sobre os acontecimentos do dia 17 de junho". Vale lembrar, porém, que este documento vem dias após o reitor publicar um ato suspendendo aquela decisão antes tomada.

Mas daí surge uma grande contradição entre o que afirma o reitor, de um lado, e a direção da Faficla, de outro.

A direção alega que, sabendo de uma festa que ocorreria naquele dia, procurou a pró-reitoria, que lhe sugeriu procurar o reitor. E aqui, ou há um absurdo muito grande na comunicação interna desta universidade, ou no mínimo uma inverdade por parte ou da Reitoria ou da diretora Sandra Rosa.

A questão é: enquanto a direção diz em seus "esclarecimentos" que Dirceu de Mello não se encontrava no dia, afir-

mando tê-lo contatado depois, o reitor afirma em seu ato nº 21/2011 que "o Reitor nem se encontrava ausente e nem havia impedimento de sua parte para conhecer da situação e decidi-la".

Muitos outros pontos ainda se contradizem com o ato do reitor. A declaração da diretora da Faficla tem várias outras inverdades, como chamar de "reunião" apenas um informe dado aos organizadores da festa - pois os portões já estavam fechados quando os estudantes foram chamados à Reitoria.

Éramos nós, assim como muitos outros CAs e coletivos da PUC-SP, organizadores da festa de despedida de nosso glorioso Pátio do Benê; uma festa política sim, porque não baixamos a cabeça frente ao proibicionismo imperante nesta universidade.

Não bastando o autoritarismo, os prejuízos acadêmicos causados por uma atitude tão arbitrária (como, por exemplo, alunos em pré-banca de TCC impedidos de entrar na faculdade) e a própria delinquência do que foi o fechamento dos portões naquele dia, temos outra contradição em jogo. Talvez uma inverdade.

Quem sabe, que diga.

CA Benevides Paixão

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira 407 -
CEP: 05009-000 -
Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua João Ramalho
182 - Fone: 3670-3391.

PUCViva: 3670-8004 - **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br - **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Thiago Cara, Marina D'Aquino e Ana Carolina Andrade

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas e Victoria C. Weischorst

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

Carta aberta à Palestina

O controle repugnante e draconiano que Israel exerce sobre os palestinos exige que as pessoas, com sentido de justiça, os apoiem na sua resistência civil

Roger Waters

Em 1980, uma canção que escrevi, "Another Brick in the Wall Part 2", foi proibida pelo governo da África do Sul porque foi usada por crianças negras sul-africanas para reivindicar o seu direito a uma educação igual. Esse governo de apartheid impôs um bloqueio cultural, por assim dizer, sobre algumas canções, incluindo a minha.

Vinte e cinco anos mais tarde, em 2005, crianças palestinas que participavam de um festival na Cisjordânia usaram a canção para protestar contra o muro do apartheid israelita. Elas cantavam: "Não precisamos da ocupação! Não precisamos do muro racista!" Nessa altura, eu não tinha ainda visto com os meus olhos aquilo sobre o que elas estavam cantando.

Um ano mais tarde, em 2006, fui contratado para atuar em Tel Aviv.

Palestinos do movimento de boicote acadêmico e cultural a Israel exortaram-me a reconsiderar. Eu já havia manifestado-me contra o muro, mas não tinha a certeza de que um boicote cultural fosse a via certa. Os defensores palestinos de um boicote pediram-me que visitasse o território palestino ocupado para ver o muro com os meus olhos antes de tomar uma decisão. Eu concordei.

Sob a proteção das Nações Unidas, visitei Jerusalém e Belém. Nada podia ter-me preparado para aquilo que vi nesse dia. O muro é um edifício revoltante. Ele é policiado por jovens soldados israelitas que me trataram, observador casual de outro mundo, com uma agressão cheia de desprezo. Se foi assim comigo, um estrangeiro, imaginem o que deve ser com os palestinos, com os subproletários, com os portadores de autorizações. Soube então que a minha consciência não me permitiria afastar-me desse muro, do destino dos palestinos que conheci, pessoas cujas vidas são esmagadas diariamente de mil e uma maneiras pela ocupação de Israel. Em solidariedade, e de alguma forma por impotência, escrevi no muro, naquele dia: "Não precisamos do controle das ideias".

Acreditando nesse momento que a minha presença num palco de Tel Aviv iria legitimar involuntariamente a opressão que eu estava testemunhando, cancelei o meu concerto no estádio de futebol de Tel Aviv e mudei-o para Neve Shalom, uma comunidade agrícola dedicada a criar frangos e também, admiravelmente, à cooperação entre pessoas de crenças diferentes, onde muçulmanos, cristãos e judeus vivem e trabalham lado a lado em harmonia.

Contra todas as ex-

pectativas, ele tornou-se o maior evento musical da curta história de Israel. 60.000 fãs lutaram contra engarrafamentos de trânsito para assisti-lo. Foi extraordinariamente comovente para mim e para a minha banda e, no fim do concerto, fui levado a exortar os jovens que ali estavam agrupados a exigirem do seu governo que tentasse chegar à paz com os seus vizinhos e que respeitasse os direitos civis dos palestinos que vivem em Israel.

Infelizmente, nos anos que se seguiram, o governo israelita não fez nenhuma tentativa para implementar legislação que garanta aos árabes israelitas direitos civis iguais aos que têm os judeus israelitas, e o muro cresceu, inexoravelmente, anexando cada vez mais a faixa ocidental.

Aprendi nesse dia de 2006, em Belém, alguma coisa do que significa viver sob ocupação, encarcerado por trás de um muro. Significa que um agricultor palestino tem de ver oliveiras centenárias ser arrancadas. Significa que um estudante palestino não pode ir para a escola porque o checkpoint está fechado. Significa que uma mulher pode dar à luz num carro, porque o soldado não a deixará passar até ao hospital que está a dez minutos de estrada. Significa que um artista palestino não pode viajar ao estrangeiro para exibir o

seu trabalho ou para mostrar um filme num festival internacional.

Para a população de Gaza, fechada numa prisão virtual por trás do muro do bloqueio ilegal de Israel, significa outra série de injustiças. Significa que as crianças vão para a cama com fome, muitas delas mal nutridas cronicamente. Significa que pais e mães, impedidos de trabalhar numa economia dizimada, não têm meios de sustentar as suas famílias. Significa que estudantes universitários com bolsas para estudar no estrangeiro têm de ver uma oportunidade escapar porque não são autorizados a viajar.

Na minha opinião, o controle repugnante e draconiano que Israel exerce sobre os palestinos de Gaza cercados e os palestinos da Cisjordânia ocupada (incluindo Jerusalém oriental), assim como a sua negação dos direitos dos refugiados de regressar às suas casas em Israel, exige que as pessoas com sentido de justiça em todo o mundo apoiem os palestinos na sua resistência civil, não violenta.

Onde os governos se recusam a atuar, as pessoas devem fazê-lo, com os meios pacíficos que tiverem à sua disposição. Para alguns, isto significou juntar-se à Marcha da Liberdade de Gaza; para

continua na próxima página

continuação da página anterior

outros, isto significou juntar-se à flotilha humanitária que tentou levar até Gaza a muito necessitada ajuda humanitária.

Para mim, isso significa declarar a minha intenção de me manter solidário, não só com o povo da Palestina, mas também com os muitos milhares de israelitas que discordam das políticas racistas e coloniais dos seus governos, juntando-me à campanha de Boicote, Desinvestimento e Sanções (BDS) contra Israel, até que este satisfaça três direitos humanos

básicos exigidos na lei internacional.

1. Pondo fim à ocupação e à colonização de todas as terras árabes [ocupadas desde 1967] e desmantelando o muro;

2. Reconhecendo os direitos fundamentais dos cidadãos árabe-palestinos de Israel em plena igualdade; e

3. Respeitando, protegendo e promovendo os direitos dos refugiados palestinos de regressar às suas casas e propriedades como estipulado na resolução 194 da ONU.

A minha convicção nasceu da ideia de que todas as pessoas merecem direitos humanos básicos.

A minha posição não é anti-semita. Isto não é um ataque ao povo de Israel. Isto é, no entanto, um apelo aos meus colegas da indústria da música e também a artistas de outras áreas para que se juntem ao boicote cultural.

Os artistas tiveram razão de recusar-se a atuar na estação de Sun City na África do Sul até que o apartheid caísse e que brancos e negros gozassem dos mesmos direitos. E nós temos razão de recusar atuar em Israel até que venha o dia - e esse dia virá seguramente - em que o muro da ocupação caia e os palestinos vivam ao lado dos israelitas em

paz, liberdade, justiça e dignidade, que todos eles merecem.

Roger Waters é fundador do Pink Floyd. Esta carta foi publicada originalmente em www.brasildefato.com.br e enviada ao PUCviva por Amarildo Aparecido Vieira

Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana, de preferência no plano internacional. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Audiência Pública discute o uso de armas menos letais pela polícia

Para debater a regulamentação do uso de armas menos letais por agentes policiais foi realizada na quinta-feira, 30/6, uma audiência pública na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp). O debate, convocado pela Comissão de Direitos Humanos a pedido do grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo, com apoio da Comissão de Justiça e Paz e da Associação Juizes para a Democracia, foi polêmico e a sessão teve que ser interrompida diversas vezes.

O tema foi colocado em discussão para questionar a formulação de um projeto de lei do deputado Samuel Moreira (PSDB), escrito em 2009, que busca regulamentar o tipo de instrumento e situação em que as armas "não letais" devem ser utilizadas pela polícia. O histórico da repressão policial aos



Militante, no púlpito à esquerda, expõe sua opinião favorável à proibição das armas não-letais usadas pela polícia e exhibe fotografias de seus ferimentos causados por bombas de efeito moral

movimentos sociais e às suas manifestações traz sempre abuso de violência, como, por exemplo, foi registrado neste ano durante os atos realizados na capital paulista contra o aumento da tarifa do ônibus municipal e a favor da liberdade de expressão.

As posturas do líder da base do governador Geraldo Alckmin, do deputado Major Olímpio (PDT) e do representante da Secretaria de Segurança Pública estadual desagradaram integrantes de movimentos sociais e o evento terminou

em bate-boca. Os militantes presentes esperam montar uma comissão para debater mudanças no texto do deputado, ou a elaboração de um novo projeto que leve à proibição da repressão de manifestações sociais.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Contra homofobia, 4 milhões vão às ruas

Em sua 15ª edição no Brasil, a Parada do Orgulho LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) levou cerca de 4 milhões de pessoas para a Avenida Paulista, no domingo, 26/6, em São Paulo. A parada de São Paulo é considerada hoje a maior do mundo.

O mês de junho, conhecido como o mês do orgulho gay, começou quando, no dia 28 de junho de 1969, ocorreu a Revolta de Stonewall, em um bar de Nova Iorque nos EUA, muito frequentado pelo público gay. Na ocasião, policiais invadiram o local, o que era muito comum acontecer nos bares LGBT's, sem-

pre sem resistência. Porém, desta vez, a comunidade gay reagiu, dentro e fora do bar, gerando uma onda de protestos - fato que acabou desencadeando as paradas LGBT que hoje existem pelo mundo.

Neste ano, a temática da parada foi sintetizada com a frase "Amai-vos uns aos outros: basta de homofobia", já que os posicionamentos dos diversos grupos religiosos vêm tentando se sobrepor às políticas públicas de um Estado que, teoricamente, é laico.

A passeata teve início após discursos da senadora Marta Suplicy (PT-SP) e do deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ) e, du-

rante todo o tempo, a Avenida Paulista teve clima de festa, principalmente após a notícia do reconhecimento da união estável homoafetiva pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Em meio à descontração, para que a centralidade da atividade não se perca, o objetivo político da parada deve ser destacado. Esses milhões vão às ruas contra uma sociedade conservadora e preconceituosa, com o objetivo de debater o posicionamento de grupos religiosos que são contrários à aprovação do Projeto de Lei Complementar (PLC) 122, que criminaliza a homofobia.

Andes realiza mais um Congresso

Entre os dias 14 e 17/7, em Maringá, no estado do Paraná, o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN fará seu 56º Conad.

O tema central do congresso será "Autonomia universitária, trabalho docente e independência sindical", com o objetivo de avaliar o Plano de Lutas dos docentes e debater sobre propostas de aprimoramento do funcionamento e organização, da composição de sua direção e do nome da CSP-Conlutas, continuando os debates de seu 30º Congresso, realizado em fevereiro, em Uberlândia.

Em meio à greve geral, parlamento grego aprova plano de austeridade

Cansados de pagar a conta pela crise financeira que o país atravessa, os trabalhadores gregos iniciaram, na terça-feira, 28/6, uma greve geral contra as medidas de austeridade propostas pelo governo de George Papandreou. O pacote, que inclui cortes orçamentários, supressão de 150 mil empregos públicos, aumento de impostos e privatizações, faz parte de uma série de exigências feitas pela União Europeia e pelo FMI (Fundo Monetário Internacional) para liberar um empréstimo de 12 bilhões de euros (R\$ 27 bilhões) para salvar a Grécia da moratória.

Na quarta e quinta-feira, 29 e 30/6, além da repressão policial, os traba-

lhadores gregos sofreram com outro ataque. Desta vez, do parlamento grego, que respondeu à greve aprovando as medidas de austeridade e uma lei que permite que os ajustes sejam aplicados de maneira imediata. Em ambas as votações, foram 155 os votos favoráveis, num total de 300 deputados.

Após a notícia da aprovação do pacote, os protestos se intensificaram, assim como a repressão policial. Segundo informações do jornal espanhol *El País*, cerca de 500 pessoas ficaram feridas nas proximidades da Praça Syntagma (principal concentração dos protestos) e do Ministério das Finanças, e 30 foram detidas.

Movimentos sociais se unem contra Vale

Diversos movimentos sociais - MST, CPT, MAB, CEPASP, FEAB, FETAGRI, Justiça nos Trilhos, Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Associações de Agricultores e de Moradores - estudantes e professores universitários dos estados do Pará, Maranhão e Tocantins, se reuniram, durante os dias 13 e 14/5, no Pará, para trocar experiências, denúncias e pensar as resistências contra os impactos negativos que a mineração e a Companhia Vale do Rio Doce têm representado para as comunidades locais.

A APROPUC é solidária à luta das famílias e movimentos, das regiões Norte e Nordeste, que têm sofrido cotidianamente com os impactos negativos dos grandes projetos da empresa Vale do Rio Doce e mineradoras em geral.

Ajude a biblioteca da ENFF

A Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), localizada no interior de São Paulo, é um centro de formação, idealizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que vem a cinco anos, formando diversos militantes do Brasil e da América Latina.

Parte essencial da ENFF é sua biblioteca, que cresce por meio de doações. Porém, a demanda da escola é grande, desde sua fundação mais de 16 mil militantes já estudaram por lá.

Os "Amigos da ENFF" realizaram uma análise do acervo e agora estão fazendo uma campanha para arrecadação de livros - a lista de obras pode ser encontrada no site: amigosenff.org.br. Para doar envie e-mail para associacao@amigosenff.org.br, com o assunto "Biblioteca ENFF", que será encontrada alguma maneira para essa doação.

ROLA NA RAMPA

Tratores iniciam demolição do Corredor Cardoso

Com o início de julho e a diminuição do movimento na universidade, a reforma no Corredor Cardoso de Almeida ganhou novo gás. Os estudantes e os setores que funcionavam no local deram lugar aos tratores, que já iniciaram o processo de demolição do prédio. Na segunda-feira, 27/6, a AFAPUC finalizou a mudança para a saleta no sétimo andar da Fundação São Paulo, deixando o caminho livre para a demolição total do setor. O espaço é sensivelmente menor àquele ocupa-

do pela associação no antigo Corredor e, ao finalizarmos esta edição, ainda carecia de equipamentos mínimos, como Internet, para um atendimento ideal aos funcionários.

Já no dia seguinte, 28/6, pela manhã, os tratores foram chamados para realizar o serviço. Em pouco mais de três horas, a casa em que funcionava a entidade e o Observatório de Relações Internacionais foi completamente destruída. Contudo, a demolição ainda deve demorar um pouco até chegar aos prédios em que funcionam os labo-

ratórios de vídeo e rádio, a Agência Online de Jornalismo, a Rede PUC e a TV PUC. Apesar de também já terem iniciado, as obras no Centro Administrativo, no subsolo do Prédio Novo, só devem terminar no fim de julho, impossibilitando a transferência imediata dos setores.

Com o avanço das obras, a preocupação dos estudantes e da administração da Faficla, bem como de todos os departamentos e coordenações de curso da faculdade, também se intensifica, pois ainda não foram determinados os novos lo-

cais a serem ocupados por estes setores. O professor Dirceu de Mello, porém, informou ao **PUCviva** que já estão "bem encaminhadas as negociações para transferir as aulas do setor de pós-graduação para o Colégio Notre Dame", localizado no bairro do Sumaré. Assim, as salas que hoje são ocupadas pelo Pós seriam utilizadas para os cursos da Faficla. Para se concretizar, a decisão ainda carece da aprovação do Conselho Superior de Administração (Consad).

Coral reúne funcionários para comemorações na PUC-SP

A universidade irá montar um coral de funcionários para atuar em comemorações internas, como o aniversário de 65 anos da PUC-SP, em agosto deste ano. Os interessados devem enviar mensagem para o maestro Renato Lopes, por meio do e-mail drh@pucsp.br, até 17/7. Os ensaios serão realizados às quin-

tas-feiras, das 11 às 12h, no TUCA; a partir da aprovação pelo maestro, a DRH buscará oficializar a liberação dos funcionários interessados no Conselho de Administração. A realização é da Pró-Reitoria de Cultura e Relações Comunitárias, Pastoral Universitária e Divisão de Recursos Humanos (DRH).

Ato em denúncia às mortes no campo

Para que todo o país tenha consciência do que vem ocorrendo no campo brasileiro, principalmente no Norte do país, a APROPUC, o MST, o Movimento Luta Popular, o Tribunal Popular e diversos Centros Acadêmicos e coletivos da PUC-SP, irão organizar um ato público de denúncia aos assassinatos que vêm

ocorrendo em consequência do conflito entre militantes de movimentos sociais e latifundiários e madeireiros. O indicativo de data para o ato é já na primeira semana de agosto, no TUCA, e as entidades já estão se reunindo para que a atividade seja planejada e divulgada da melhor maneira possível.

Julho tem diversos encontros estudantis

Durante o mês de julho, os estudantes da PUC-SP, de férias da universidade, estarão pelo país debatendo os rumos da educação, dos movimentos sociais e suas pautas específicas. Diversos encontros estudantis ocorrerão, como o Conune (Congresso Nacional da UNE), de 13 a 17/7, em Goiânia, o Enep (Encontro Nacional dos Estudantes de Psicologia), de 5 a 11/7, em São Paulo, o Eneco (Encontro Nacional dos Estudantes de Econo-

mia), de 17 a 23/7, em Niterói, o Enecom (Encontro Nacional dos Estudantes de Comunicação), de 22 a 29/7, em Belém, o Ened (Encontro Nacional dos Estudantes de Direito), de 24 a 31/7, em São Paulo, além do encontro da Enesso (Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social). Procure seu Centro Acadêmico ou sua Executiva. Os estudantes destes cursos da PUC-SP estão se mobilizando para os seus encontros.

Horário de férias

Durante o mês de julho a AFAPUC manterá o seu horário normal para atendimento aos funcionários em seu novo endereço, na Rua João Ramalho, 182, 7º andar, telefone 3670-3391. Já a APROPUC terá um novo horário de atendimento,

das 9 às 18h. O atendimento jurídico das segundas-feiras permanece até às 19h. O **PUCviva** só voltará a circular em agosto, mas os fatos que ocorrerem neste período terão ampla cobertura através do site www.apropucsp.org.br.